



Resolução

Aumentar salários, dignificar carreiras, revogar o SIADAP – JÁ!

Os trabalhadores da Administração Pública não aceitam que este governo, à imagem dos seus antecessores, continue a violar o direito à negociação, recusando discutir a Proposta Reivindicativa Comum para 2021, desinvestindo nos serviços públicos, prejudicando trabalhadores e populações.

Reivindicamos:

Aumento geral dos salários. É vergonhosa a atitude de sucessivos governos que, ano após ano, insistem em não aumentar os trabalhadores da Administração Pública. O poder de compra, calculado com base nas remunerações líquidas, ou seja, após deduzidos todos os descontos era, em 2020, inferior em 10% ao de 2010. Esta situação é inaceitável. Os trabalhadores da Administração Pública continuam a ter mais mês do que salário e a ver o seu poder de compra degradar-se de ano para ano. Reafirmando a necessidade de uma Administração Pública mais forte e mais capaz de responder às necessidades da população, indissociável da necessária valorização dos trabalhadores, exigimos o aumento geral dos salários em 90€ para todos os trabalhadores, com um mínimo de 850€ para o salário mínimo no curto prazo e a correção da tabela remuneratória única, garantindo a proporcionalidade entre cada nível e acabando com a desvalorização que hoje existe.

Direito a carreiras profissionais dignas, à contagem de todo o tempo de serviço, à progressão e à promoção. A destruição das carreiras na Administração Pública, que muito contribuiu para a estagnação salarial e para o incremento da polivalência, tornando os trabalhadores em «paus para toda a obra», desvalorizou os trabalhadores e os serviços públicos, abrindo caminho para a sua privatização. É inadmissível que o governo insista em não considerar todo o tempo de serviço cumprido para efeitos de progressão nas carreiras, perpetuando o roubo deste direito. É urgente valorizar o trabalho, os trabalhadores e os serviços públicos.

Revogação do SIADAP. Exigimos a revogação imediata deste sistema injusto e arbitrário, burocrático e com um escandaloso sistema de quotas que obriga a que, pelo menos,

75% dos trabalhadores, tenham que marcar passo durante 10 anos até alcançarem o direito à progressão. Sistema agravado por uma Tabela Remuneratória Única que viola o princípio da proporcionalidade entre escalões e origina aumentos salariais irrisórios ao fim de anos de trabalho e serviço público. Exigimos avaliação - sim! - mas por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, transparente, equitativo e justo, que valorize os trabalhadores.

O marasmo a que o governo quer condenar os trabalhadores da Administração Pública e os próprios serviços que prestam à população, não são um caminho inevitável: resultam de um processo que visa um Estado assistencialista e esvaziado de funções. Não é este o caminho que os trabalhadores defendem e não será com ele que se reforçarão as funções sociais do estado!

Sem serviços públicos de qualidade, não há desenvolvimento equilibrado, justo e equitativo do país. Educação, saúde, ambiente, segurança social, justiça, poder local, ambiente, cultura entre outros, são pilares fundamentais do desenvolvimento integral do indivíduo e das sociedades, garantes da liberdade e da democracia. Sem os serviços públicos e os seus trabalhadores, não é possível garantir os direitos fundamentais às populações.

Os dirigentes, delegados e ativistas da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, concentrados em Lisboa, a 17 de março de 2021, exigem ao Primeiro-ministro e ao governo:

- O aumento geral dos salários, em 90€ para todos os trabalhadores e um salário mínimo de 850€ no curto prazo;
- A revogação imediata do SIADAP e a sua substituição por um sistema de avaliação de desempenho justo, formativo, transparente, equitativo e sem quotas;
- A atribuição da avaliação de Relevante (ou equivalente) no biénio 2019/2020 do SIADAP a todos os trabalhadores, cujo regime de avaliação seja regida por este período;
- A revisão e dignificação das carreiras do regime geral da Administração Pública;
- A correção da Tabela Remuneratória Única, no respeito pela proporcionalidade entre escalões.

Os trabalhadores decidem também que, a não serem atendidas as suas reivindicações, levarão a cabo todas as formas de luta necessárias, exigindo resposta às suas reivindicações.

Lisboa, 17 de março de 2021